

Rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária

Documento-Base para as Plenárias Estaduais

1º de agosto de 2007

Índice

1. Introdução.....	2
1.1. Rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária	2
1.2. Estrutura do documento-base.....	2
2. Orientações ao debate das Plenárias Estaduais.....	4
2.1. Visão geral das etapas.....	4
2.2. Descrição de cada etapa.....	4
3. Eixo Agregador/projeto político.....	7
3.1. Fórum Brasileiro de Economia Solidária: caminho e perspectivas.....	7
3.2. Economia Solidária e desenvolvimento.....	10
3.3. Concepções sobre o FBES.....	12
3.4. Questões para debate.....	15
4. Bandeiras.....	16
4.1. Finanças Solidárias.....	16
4.2. Produção, Comercialização e Consumo.....	16
4.3. Formação.....	17
4.4. Marco Legal.....	18
5. Anexos.....	19
5.1. Anexo 1: Quadros de sistematização da Etapa 1 (seção 3).....	19
5.2. Anexo 2: Quadro de sistematização da Etapa 2.....	20
5.3. Anexo 3: Quadros de sistematização das Etapas 3 (grupos) e 4 (plenária).....	21

1. Introdução

Este documento é fruto, antes de mais nada, do sonho de uma nova sociedade, baseada em valores de justiça e solidariedade. É um trabalho a várias mãos, da Comissão Organizadora Nacional da IV Plenária Nacional de ES, cuja composição é a Coordenação Executiva Nacional do FBES. Várias pessoas, mulheres e homens, dos três segmentos e das cinco regiões do país, se debruçaram sobre a história do movimento de Economia Solidária e das várias contribuições que vieram dos Fóruns Estaduais em diversos momentos, como as plenárias nacionais, os encontros regionais de reestruturação, seminários, oficinas o encontro nacional de empreendimentos da Economia Solidária, entre outros.

Este documento pretende subsidiar as/os militantes de todo o país nos eventos e debates preparatórios nas plenárias estaduais de Economia Solidária. Chamamos você para somar com este coletivo e continuarmos juntas e juntos nesta luta e construção de um outro projeto de sociedade.

1.1. Rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária

Frente à atual conjuntura política e com os avanços obtidos pelo movimento de Economia Solidária no Brasil, afirmados com a realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária e a implantação do Conselho Nacional de Economia Solidária, se faz urgente que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) realize um debate aprofundado sobre a sua atuação e os rumos do movimento de Economia Solidária no país.

Animada nesta construção e da necessidade de adequação à nova realidade, a Coordenação Executiva do FBES iniciou, no dia 10 de outubro de 2006, uma ampla mobilização e debates rumo à IV Plenária de Economia Solidária, a se realizar em março de 2008.

A **primeira fase** deste processo iniciou-se em 2006 com a realização de debates em reuniões dos Fóruns Estaduais e, no início de 2007 (janeiro e fevereiro), com a realização de Encontros Regionais nas 5 macrorregiões do país, chamados de Encontros Regionais de Reestruturação. Esta fase intitulou-se **FBES: Por um novo modelo de organização da Economia Solidária**.

Depois da realização destes Encontros Regionais, ocorreu a **segunda fase**, que consistiu na sistematização dos resultados e no lançamento da IV Plenária durante a VII Reunião da Coordenação Nacional do FBES, em maio de 2007.

A **terceira fase** é marcada pela “Caravana Rumo à IV Plenária Nacional de ES”: trata-se de 5 Seminários Regionais com a participação dos/das representantes da Coordenação Nacional do FBES (em torno de 3 por estado) e da pessoa ponte, que é responsável pela comunicação entre a Comissão Organizadora Nacional da Plenária e a Comissão Organizadora Estadual. Estes seminários serão momentos de estudo e aprofundamento para preparar os/as representantes estaduais em seu papel de mobilização e orientações nos debates dentro do estado.

A **quarta fase** consiste na realização das atividades preparatórias às Plenárias Estaduais e na realização das Plenárias Estaduais, que culminarão na IV Plenária Nacional de Economia Solidária.

1.2. Estrutura do documento-base

O presente documento-base está estruturado de modo a orientar os debates e etapas necessários para a realização das Plenárias Estaduais.

Este documento apresenta uma reflexão provocativa a respeito de questões essenciais ao movimento de Economia Solidária, apresentadas no Eixo Agregador/projeto político (seção 3). É a partir deste Eixo Agregador que trabalharemos o horizonte político mais amplo do FBES.

Além disso, o conjunto de deliberações de eventos referenciais do movimento de Economia Solidária foram estudados. São mais de 540 deliberações, que demonstram claramente as bandeiras principais do movimento nas quatro temáticas centrais desta IV Plenária: Finanças Solidárias; Marco Legal; Produção, Comercialização e Consumo; Formação.



Estas deliberações foram sistematizadas e organizadas em bandeiras, que por sua vez são divididas em dois tipos: **1) Bandeiras Externas:** são bandeiras e reivindicações de políticas públicas para a Economia Solidária nos níveis federal, estadual e municipal, ou seja, uma bandeira de lutas junto ao poder público; **2) Bandeiras Internas:** são bandeiras para o próprio movimento de Economia Solidária, ou seja, bandeiras que devem ser atingidas pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

A organização deste documento se dá nas seguintes seções:

1. **Introdução:** É a seção atual.
2. **Orientação ao debate:** Apresenta a proposta de agenda e o detalhamento das 5 etapas que devem ser trabalhadas na Plenária Estadual.
3. **Eixo agregador/projeto político:** Apresenta o texto provocativo aos debates da etapa 1, que trata do Eixo agregador/projeto político.
4. **Bandeiras:** Apresenta o conjunto de bandeiras externas e internas sistematizado pela Comissão Organizadora Nacional da IV Plenária, para cada um dos quatro temas, que serão trabalhadas nas etapas 2 e 3 da Plenária Estadual.
5. **Anexos:** São apresentados os modelos de quadros que devem ser usados para a sistematização dos resultados dos debates realizados nas diferentes etapas.



2. Orientações ao debate das Plenárias Estaduais

2.1. Visão geral das etapas

Conforme indicado no documento de orientações aos Fóruns Estaduais com as regras e condições sobre as Plenárias Estaduais, cada Plenária Estadual terá que ser de pelo menos 3 dias, e só podem se candidatar a representantes para a IV Plenária Nacional as pessoas que participaram de todos os momentos da Plenária Estadual e que tenham participado, comprovadamente, por meio de lista de presença, de atividade(s) preparatória(s) à Plenária Estadual, conforme a agenda do estado (Plenárias Regionais, Municipais, Grupos de Estudo, etc). Para dar conta dos debates, a plenária deve, pelo menos, ter as seguintes etapas:

1. *Etapa 1:* Eixo Agregador do Movimento de Economia Solidária e projeto político do FBES
2. *Etapa 2:* Escolha de bandeiras prioritárias
3. *Etapa 3:* Trabalho em grupos: Aprofundamento das bandeiras prioritárias (construção do plano estratégico de ação)
4. *Etapa 4:* Apresentação e aprovação dos trabalhos em grupo
5. *Etapa 5:* Escolha dos/das representantes do estado para a IV Plenária Nacional

Para uma Plenária Estadual de três dias, propomos a seguinte organização dos tempos:

	<i>Dia 1</i>	<i>Dia 2</i>	<i>Dia 3</i>
<i>Manhã</i>	<i>Etapa 1:</i> Eixo agregador (parte 1)	<i>Etapa 2:</i> Escolha de bandeiras prioritárias <i>Etapa 3:</i> Trabalho em grupos	<i>Etapa 4:</i> Apresentação e aprovação dos trabalhos em grupo
<i>Tarde</i>	<i>Etapa 1:</i> Eixo agregador (parte 2)	<i>Etapa 3</i> (continuação do trabalho em grupos)	<i>Etapa 5:</i> Escolha das/dos representantes

Esta é apenas uma proposta, a metodologia e distribuição dos tempos cabe à Comissão Organizadora Estadual. Entretanto, a ordem das etapas deve ser preservada e todas devem ser cumpridas.

2.2. Descrição de cada etapa

2.2.1. Etapa 1: Eixo Agregador do Movimento de Economia Solidária

Nesta etapa será realizado o debate a respeito do Eixo Agregador, a partir dos textos apresentados na seção 3, “Eixo Agregador”, e do quadro de sistematização apresentado no Anexo 1.

Este debate tem também caráter formativo, tanto de resgate histórico sobre o FBES quanto sobre a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento. É fundamental que este debate avance para além de questões detalhadas de composição/estrutura: precisamos fazer um debate de fundo, estruturante, de concepção, que vai nos orientar a pensar no FBES que queremos.

As subseções 3.1, 3.2 e 3.3 trazem textos de subsídio aos debates. Já a subseção 3.4 apresenta as orientações para a condução do debate, através de questões e explicações de sistematização.

A metodologia deve ser elaborada pela Comissão Organizadora Estadual. Pode, por exemplo, ser dividida num momento formativo de trabalho em grupos (subseções 3.1 e 3.2), seguido de plenária para apresentação e debates ou outro momento em grupos (subseções 3.3 e 3.4). A única condição é que todo o debate seja reletoriado.



A compreensão dos trabalhos desta etapa 1 depende da leitura atenta da subseção 3.4, e a sistematização deve seguir os quadros disponíveis no Anexo 1.

2.2.2. Etapa 2: Escolha de bandeiras prioritárias

A Comissão Organizadora Nacional fez um vasto estudo de todas as deliberações de eventos importantes do movimento de Economia Solidária: a III Plenária Nacional (2003), o Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária (2004), a I Conferência Nacional de Economia Solidária (2006), os Encontros Regionais de Reestruturação do FBES, as I e II Oficinas Nacionais de Formação (2005 e 2007), o I Seminário Nacional de Finanças Solidárias e a VII Reunião da Coordenação Nacional e as reações dos estados ao documento provocativo (2007). Este conjunto de deliberações foi organizado em bandeiras dentro dos quatro eixos temáticos da Plenária. Estas bandeiras são apresentadas na seção 4 deste documento.

A Plenária Estadual deve escolher, dentre as bandeiras apresentadas na seção 4 deste documento, 4 bandeiras externas e 4 bandeiras internas prioritárias de cada um dos quatro eixos. Dentre estas bandeiras escolhidas, a Plenária Estadual deve selecionar 1 ou 2 bandeiras externas e 1 ou 2 bandeiras internas de cada eixo para serem aprofundadas na etapa 3.

Cabe à Comissão Organizadora Estadual decidir quantas bandeiras externas e internas de cada eixo serão escolhidas para aprofundamento, de acordo com o tamanho da plenária e metodologia a ser utilizada. Não é necessário que o número de bandeiras para aprofundamento seja a mesma em todos os eixos, contanto que seja pelo menos 1 bandeira interna e 1 bandeira externa de cada eixo.

Para fazer a escolha das bandeiras prioritárias de cada eixo, é importante que a plenária estadual se dedique primeiramente a debater os critérios do que devem ser bandeiras prioritárias, a partir do acúmulo dos debates realizados na etapa 1 sobre o Eixo Agregador e também buscando perceber a articulação entre as bandeiras: que bandeiras, ao serem consolidadas, facilitarão a conquista de outras?

A metodologia deve ser elaborada pela Comissão Organizadora Estadual. Pode ser feito em plenária, mas pode também ter momentos em grupo ou outra metodologia, como o cochicho, se a Comissão assim considerar mais pertinente. As condições são que o debate seja relatoriado e que ocupe somente em torno de 2 a 3 horas, ou seja, menos que um período. Ou seja, esta Etapa 2 deve ser curta, para abrir mais tempo na Etapa 3 para o aprofundamento das bandeiras escolhidas. A razão disso é que nos Encontros Regionais de Reestruturação e no estudo das deliberações dos importantes eventos da Economia Solidária, percebeu-se que as bandeiras já estão apontadas, restando agora priorizar e aprofundar um planejamento estratégico das prioritárias, que é a tarefa da Etapa 3.

A sistematização da Etapa 2 deve seguir o modelo de quadro do Anexo 2.

2.2.3. Etapa 3: Trabalho em grupos: Aprofundamento das bandeiras prioritárias (construção do plano estratégico de ação)

Depois da etapa 2, em que foram escolhidas as bandeiras que serão aprofundadas pela Plenária Estadual, devem ser organizados grupos de trabalho. Cada grupo deve aprofundar apenas uma das bandeiras escolhidas. Se for necessário, pode haver mais de um grupo trabalhando a mesma bandeira.

Cada grupo receberá da Comissão Organizadora Estadual dois documentos: 1) O conjunto de deliberações do movimento sobre a bandeira; 2) O quadro de sistematização do trabalho em grupo (Anexo 3). Este conjunto de deliberações não se encontra neste documento-base, pois são mais de 540 deliberações dos eventos fundamentais do movimento de Economia Solidária: eles estão disponíveis na internet, na página do FBES (www.fb.es.org.br) e também junto à Comissão Organizadora Estadual.

Sugerimos que cada grupo comece o seu trabalho com um debate geral sobre a bandeira, para definir melhor qual o objetivo da bandeira escolhida: o que queremos exatamente? Para subsidiar este debate, o grupo terá em mãos o conjunto de deliberações do movimento sobre o assunto.

Depois de refletir e definir a bandeira, o grupo deve avançar num plano de ação estratégica para conquistarmos esta bandeira: quais ações e estratégias para que esta bandeira seja conquistada?

É fundamental que cada grupo tenha um/a coordenador/a e um/a relator/a. Os resultados do trabalho do grupo devem ser sistematizados de acordo com o “quadro de sistematização das etapas 3 e 4” (Anexo 3).



2.2.4. Etapa 4: Apresentação e aprovação dos trabalhos em grupo

Em plenária, cada grupo submete as suas propostas para aprovação, tanto sobre o que é a bandeira quanto o plano de ação estratégica.

A metodologia deste momento cabe à Comissão Organizadora Estadual: pode ser apresentação em plenária, fixação de cartazes, cochichos de partilha, entre outros.

2.2.5. Etapa 5: Escolha das/dos representantes do estado para a IV Plenária Nacional

Nesta etapa são escolhidas/os as/os representantes estaduais, de cada segmento, para a IV Plenária Nacional. A metodologia de candidaturas e escolha das/dos representantes deve ser definida pela Comissão Organizadora Estadual, levando em conta as condições e critérios definidos no documento de orientações para as Plenárias Estaduais.



3. Eixo Agregador/projeto político

3.1. Fórum Brasileiro de Economia Solidária: caminho e perspectivas

O **FBES** é, antes de tudo, fruto do processo histórico que culminou no **I Fórum Social Mundial** (I FSM), que contou com a participação de 16 mil pessoas vindas de 117 países, nos dias 25 a 30 de janeiro de 2001. Dentre as diversas oficinas, que promoviam debates e reflexões, 1.500 participantes acotovelam-se na oficina denominada “Economia Popular Solidária e Autogestão” onde se tratava da auto-organização dos/as trabalhadores/as, políticas públicas e das perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda.

A manifestação de interesses e a necessidade de articular a participação nacional e internacional do I FSM propiciaram a constituição do **Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária** (GT-Brasileiro), composto de redes e organizações de uma diversidade de práticas associativas do segmento popular solidário: rural, urbano, estudantes, igrejas, bases sindicais, universidades, práticas governamentais de políticas sociais, práticas de apoio ao crédito, redes de informação e vínculo às redes internacionais. As doze entidades e redes nacionais que em momentos e níveis diferentes participavam do GT-Brasileiro eram: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

O GT-Brasileiro buscou a unidade na diversidade, favorecendo a construção da identidade do campo da denominada “Economia Solidária”, graças à prática de respeitar as contribuições diversas de cada região e especificidades de suas organizações. Não apenas isso. Sabia que era necessário investir na divulgação, caracterizar suas atividades e se constituir como uma articulação de dimensão nacional. É a partir deste grupo que se propõe a constituição de um fórum em dimensão nacional. Nisso, tanto a realização das plenárias quanto a elaboração dos Princípios da Economia Solidária foram decisivas para ampliar e, ao mesmo tempo, caracterizar seu campo de ação.

O movimento que vinha sendo articulado pelo GT-Brasileiro era constituído principalmente por entidades de assessoria/ fomento e por um segmento de gestores públicos e apontava, desde o início, para a necessidade de combinar a ampliação regional com o investimento em empresas e empreendimentos do campo da denominada “Economia Solidária”. Faltava uma política pública nacional de Economia Solidária e um processo de enraizamento, constituído principalmente através de empreendimentos de economia solidária e empresas de autogestão nas diversas regiões do país.

No final de 2002, decorrente do processo eleitoral que culminou com a vitória do Governo Lula, o GT-Brasileiro elaborou a Carta ao Governo Lula intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”. Aquele documento de interlocução com o futuro governo apresentava as diretrizes gerais da Economia Solidária e reivindicava a criação da **Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)**. Durante a **I Plenária Brasileira de Economia Solidária**, realizada em São Paulo, nos dias 9 e 10 de dezembro de 2002, contando com mais de 200 pessoas - entre trabalhadoras/es de empreendimentos associativos, entidades de representação, entidades de assessoria/ fomento e gestores de políticas públicas – foi aprovada e encaminhada a Carta.

A **II Plenária**, realizada durante o FSM de janeiro de 2003, em Porto Alegre, foi aberta pelo GT-Brasileiro e presidida pelo professor Paul Singer. Neste evento foi publicado e distribuído o livro: “Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária” para as/os 800 participantes, constituídos principalmente por representantes de empreendimentos, entidades de fomento e redes internacionais. A Plenária definiu agenda de mobilização de debates e sensibilização pelas regiões do país e legitimou o GT-Brasileiro como promotor do processo de mobilização da Economia Solidária.

Em junho de 2003 realizou-se a **III Plenária Brasileira de Economia Solidária**, que contou com um processo preparatório de mobilização em 17 estados, e teve a participação de 900 pessoas de diversas partes do país. Foi neste evento que foi criada, de forma definitiva, a denominação **Fórum**



Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A SENAES foi constituída pouco antes deste evento. O FBES saiu desta III Plenária com a incumbência de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país em torno da Carta de Princípios e da Plataforma de Lutas aprovadas naquela oportunidade. Além de se definir a composição e funcionamento do FBES, foi iniciado um processo interlocução do FBES com a SENAES com o compromisso de promover um intercâmbio qualificado de interesses econômicos, sociais e políticos, numa perspectiva de superar práticas tradicionais de dependência, que tanto têm comprometido a autonomia necessária ao desenvolvimento das organizações sociais. Outro fruto decorrente daquele evento foi o desencadeamento da criação dos fóruns estaduais e regionais que puderam garantir, por sua vez, a realização do **I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária** com trabalhadoras/es advindos de todos os estados. Este encontro teve um total de 2 500 pessoas e aconteceu nos dias 13, 14 e 15 de agosto de 2004.

Neste processo, a Economia Solidária foi desafiada a gerir abastecimento, comercialização, trabalhar com moeda social, promover rodadas de negócio, realizar feiras em todos os estados, fazer campanha de consumo consciente, comércio justo e solidário, constituir redes, cadeias produtivas, finanças solidárias, trabalhar no campo do marco legal (especialmente: lei geral do cooperativismo e cooperativa de trabalho).

Durante o III FSM, em Porto Alegre, realizou-se uma reunião de dezenas de representantes da América Latina, o que promoveu, por meio de seminários, encontros e feiras, a ampliação das perspectivas de integração regional do movimento de Economia Solidária e, com isso, o trabalho de articulação com a América Latina entrou definitivamente na agenda do FBES.

Em 2006, após a realização das Conferências Estaduais, quando foram escolhidos as/os delegadas/os e definidas as reivindicações e propostas, realizou-se a **I Conferência Nacional de Economia Solidária**, em Brasília, no período de 26 a 29 de junho. Na Conferência foram discutidas as resoluções voltadas à participação no **Conselho Nacional de Economia Solidária** e propostas para políticas públicas para a Economia Solidária.

Quanto à organização e funcionamento, integram o FBES os três segmentos do campo da Economia Solidária: empreendimentos da economia solidária, entidades de assessoria e/ou de fomento e gestores públicos.

- **Empreendimentos Econômicos Solidários*** são organizações com as seguintes características: 1) Coletivas (organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos, etc.); 2) Seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; 3) São organizações permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e as que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; 4) Podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência real; 5) Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário;
- **Entidades de assessoria e/ou fomento** são organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento à crédito, assistência técnica e organizativa;
- **Gestores públicos** são aqueles que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas de economia solidária de prefeituras e governos estaduais.

A articulação e representação nacional se dão através da **Coordenação Nacional**. Dela participam 16 entidades e redes nacionais, além de 3 representantes de cada Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES). Destes, integram a Coordenação Nacional 3 representantes estaduais, sendo que 2 são trabalhadoras/es de empreendimentos (buscando contemplar o setor rural e o urbano) e 1 de entidade ou de rede de gestores. Para o trabalho de interlocução com movimentos sociais e instituições privadas e públicas além de gestão política do cotidiano, existe a **Coordenação Executiva Nacional**, composta por 13 representantes: 7 representantes de empreendimentos das regiões do país (2 do Norte, 2 do Nordeste, 1 do Sul, 1 do Sudeste e 1 do Centro-oeste); 5 representantes das Entidades e Redes nacionais e 1 representante da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Além disso, a Coordenação Executiva tem a função de acompanhar os trabalhos da **Secretaria Executiva Nacional**, sediada em Brasília.

* Neste documento foi utilizada a nomenclatura consensuada no mapeamento do SIES, mas hoje são utilizadas diferentes denominações, tais como empreendimentos solidários, empreendimentos de Economia Solidária, trabalhadores da economia solidária, entre outros. Este também pode ser tema de debate aqui.

Na estrutura atual das instâncias nacionais do FBES, as entidades e redes nacionais são de diferentes naturezas: há *entidades e redes nacionais de representação de empreendimentos* (Abcred, Anteag, Concrab, Ecosol, Unicafe, Unisol Brasil); *entidades e redes nacionais de assessoria, pesquisa e fomento* (ADS/CUT, Cáritas Brasileira, FASE Nacional, Ibase, IMS, PACS, Rede ITCPs, Rede Unitrabalho); *redes mistas* (Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária); e a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

A Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária é uma articulação de gestores e gestoras de políticas de economia solidária de Prefeituras, Governos Estaduais e do Governo Federal que surgiu por iniciativa de gestores e gestoras de políticas públicas que participaram do processo de criação do FBES desde 2001, com a missão de ampliar cada vez mais o debate e a proposição de ferramentas adequadas dentro do Estado brasileiro para o fomento ao desenvolvimento da economia solidária, bem como estimular e fortalecer a organização e participação social deste segmento nas decisões sobre as políticas públicas.

Neste período de apenas alguns anos de vida do FBES, vimos um expressivo crescimento da Economia Solidária e de sua organização. Se em 2002 a organicidade da Economia Solidária se manifestava em apenas cinco estados, em 2003 as plenárias estaduais foram realizadas em 17 estados. A partir de 2006, os Fóruns Estaduais estão presentes em todos os 27 estados do Brasil. O crescimento também tem promovido articulações e intercâmbios internacionais, especialmente com América Latina na Rede Intercontinental para a Promoção da Economia Solidária (RIPESS). Contudo, os avanços e a institucionalização, especialmente, através da criação da SENAES do Conselho Nacional, requerem definição cada vez maior do papel político e estratégico do FBES na luta e construção de um projeto de sociedade.

Numa breve avaliação do processo de constituição, pode-se dizer que o movimento de Economia Solidária alcançou, em parte, o reconhecimento, a visibilidade e a legitimidade necessária. Agora, caracterizar e identificar o FBES são ações prioritárias no sentido de demarcar o campo da denominada Economia Solidária. Nisso, o Mapeamento da Economia Solidária e a elaboração do Atlas da Economia Solidária no Brasil são, ao mesmo tempo, **frutos** da política de integração do movimento da ES com o governo (Ministério do Trabalho e Emprego, através da SENAES) e **instrumentos** para a qualificação do nosso trabalho e demarcar o campo da Economia Solidária.

Com relação à sua organicidade, o FBES tem hoje alguns desafios a serem enfrentados:

1. Apesar de um variado conjunto de iniciativas articuladas territorialmente, a agenda nacional tem sufocado a emergência, visibilidade e fomento de tais iniciativas e, muitas vezes, tem afastado nossos/as militantes de suas bases territoriais. O desafio, portanto, é descentralizar, interiorizar e territorializar as formas de organização do FBES e suas instâncias territoriais (Fóruns Estaduais, Municipais, Regionais, etc.) para ser coerente com o eixo agregador da Economia Solidária, enquanto perspectiva de Desenvolvimento Sustentável, Solidário, Endógeno e Local;
2. Há algum consenso de que o FBES/FEES deve avançar para o fortalecimento e a criação de formas e estruturas de participação cada vez mais horizontais em redes e cadeias produtivas. No entanto, as atuais redes e cadeias nacionais nem sempre nascem ou se estruturam a partir de processos locais em consonância com os FEESs e outras instâncias territoriais do FBES. E sua representação nacional nem sempre significa participação horizontal junto às bases de coordenação local dos Fóruns. Como buscar coerência com a perspectiva de desenvolvimento endógeno e autogestão cada vez mais em redes e cadeias horizontalizadas a partir dos territórios locais, sem perder de vista o contexto nacional e internacional?
3. O processo de ascenso do movimento da economia solidária se dá em várias esferas, instâncias e espaços, sejam da sociedade civil, sejam do estado. Há clareza de que esse processo é resultado de uma crise estrutural do atual projeto de sociedade. Mas esse processo sobretudo é favorecido pela emergência de governos democráticos em várias partes do mundo, em especial na América Latina e no Brasil. No Brasil cada vez mais a agenda política sensível à economia solidária está centrada em administrações estaduais e municipais. Aqui também urge reorientar o FBES/FEES para ocupar espaços e avançar na experimentação de processos de desenvolvimento local, territorial, em Planos Diretores que assumam a perspectiva da Economia Solidária. Assim, é mais um desafio aproveitar esse ascenso e se qualificar para a ampliação da participação das bases locais, microrregionais, estaduais, cujas práticas de incidência têm resultado em criação de legislações, programas, projetos locais.



3.2. Economia Solidária e desenvolvimento

Desenvolver na perspectiva da Economia Solidária não é fazer crescer rendas, produtos e serviços já presentes na economia, pois isso apenas tende a reproduzir e aprofundar a miséria material e espiritual contemporâneas. Desenvolvimento deve sim significar a criação de condições para que cada pessoa possa desenvolver e expressar suas capacidades, possibilidades, fazeres, saberes e sentidos. Isso exige reinventar os processos de trabalho e as relações de troca na economia na direção da associação e autogestão.

Os diversos empreendimentos solidários demonstram como a dimensão associativa levada para as relações de trabalho gera benefícios que rompem com a velha divisão entre necessidade e capacidade. Pois, a necessidade de cada um passa a ser, a partir da múltipla e rica associação com os outros, o desenvolvimento de suas capacidades individuais. Desta forma, a busca pelo indivíduo da satisfação de necessidades materiais passa a se orientar e se motivar pela busca de sua realização como pessoa, capaz de experimentar autonomamente diferentes formas de expressão de si mesmo.

O grande desafio posto pela Economia Solidária para o desenvolvimento é o de se avançar na democratização das relações econômicas para além dos próprios empreendimentos. Isso significa, de um lado, que estes empreendimentos devem avançar no estabelecimento de relações justas entre si, constituindo redes e cadeias produtivas solidárias. De outro e talvez principalmente, que as relações de trabalho e mercado pautadas pelo individualismo, pela acumulação e concentração de poder e capitais devam ser democratizadas à luz da cooperação, solidariedade e autogestão. O totalitarismo representado pelo atual poder das corporações sobre as escolhas e preferências das populações, ao mesmo tempo em que destroem o planeta, é algo a ser urgentemente combatido não apenas pelos seus trabalhadores, mas sobretudo pela sociedade e pelo estado.

O desafio maior, portanto, é o de democratizar cadeias produtivas que hoje se encontram sob o controle de algumas poucas corporações, que se apropriam dos excedentes. A cadeia produtiva se estrutura e se organiza com base em relações de poder, dadas pelo acesso a recursos públicos, à técnica, infra-estrutura, a recursos naturais etc. Democratizar as relações no interior da cadeia produtiva significa estabelecer relações entre produtores, distribuidores, comerciantes e consumidores que permitam uma apropriação equânime, sustentável e satisfatória dos benefícios ao longo da cadeia.

Sem dúvida, democratizar cadeias produtivas implica uma nova consciência e postura por parte do consumidor. Porém, a profunda desigualdade de poder nas atuais relações de mercado, inclusive na capacidade de comunicação, impõe um forte e renovado papel para o estado em sua relação com a economia. A exemplo do que vem sendo construído através do Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário, que prevê formas descentralizadas e participativas para o estabelecimento de marcas e, posteriormente, de certificação do comércio justo e solidário. O estado assume aí papel pedagógico de convocação e indução, favorecendo o reconhecimento e a legitimação pública de processos justos e sustentáveis de comercialização.

A democratização de cadeias produtivas implica igualmente na descentralização delas, ou seja, na diversificação produtiva. Importa, pois, se criar condições e promover a diversificação de produtos e serviços, ampliando as possibilidades de desenvolvimento dos produtores e consumidores e fortalecendo, por conseguinte, o mercado interno. A diversificação produtiva traz duas conseqüências fundamentais para um desenvolvimento capaz de superar desigualdades e riscos ambientais e climáticos.

De um lado, a diversificação pressupõe o uso sustentável da diversidade de recursos naturais e culturais, favorecendo e propiciando a convivência respeitosa com diferentes ecossistemas e culturas locais. De outro, escapar da especialização produtiva significa se contrapor ao modelo massificador e desperdiçador da chamada “produção em larga escala”, característica de processos produtivos altamente concentrados e concentradores. Deste modo, a diversificação contribui para a própria reconfiguração no longo prazo da economia – centrada hoje na competição em favor de relações de complementariedade na oferta de produtos e serviços.

Devemos salientar que a Economia Solidária não se confunde com o modo capitalista de produção. Experiências de desenvolvimento local sob a lógica capitalista foram bem-sucedidas em certos lugares com significativo aporte dos entes públicos, mas, progressivamente, a lógica de concentração de riqueza típica deste modelo vai enfraquecendo o dinamismo econômico local. E as linhas de financiamentos que são abertas acabam por beneficiar o enriquecimento de alguns, enquanto as grandes maiorias, e não raro os entes locais, resultam endividados no curto, médio e longo prazos.



O crescimento das redes e cadeias de economia solidária é a afirmação de uma outra economia, baseada na colaboração e não na competição. A força desse movimento está em construir uma nova economia. A expansão dessa nova economia terá como consequência o enfraquecimento continuado da economia capitalista, em favor do bem-viver das pessoas, dos povos e do reequilíbrio dinâmico dos ecossistemas.

Existe, neste país e em quase todo mundo, uma mudança na forma de fazer economia, uma mudança de comportamento que se constrói, uma mudança na forma de produção e nas perspectivas de desenvolvimento. Em verdade este é um embate, uma luta que se desenvolve em muitos lugares e por muitos anônimos cidadã/os, uma verdadeira revolução - às vezes silenciosa, às vezes explodindo em manifestações cada vez maiores e mais organizadas.

Que herança deixaremos pra nossos filhos e netos? Esta simples pergunta deveria fazer parte de todo relatório de impacto ambiental, de todo grande e pequeno projeto que se pretenda fazer neste país.

Não podemos aceitar apenas algumas melhorias, algumas reformas, um recurso a mais para o crédito, para a produção, para o consumo e nos contentarmos com isso. A radicalidade da proposta da Economia Solidária deve ser implementada a cada momento em nossas vidas, trabalho, educação e organização. Em relação ao governo brasileiro a Economia Solidária, por ação do FBES e seus parceiros, deverá estar presente em todas as ações e discussões, sendo levada a todos os conselhos e ministérios. O FBES deve intervir de forma propositiva nas políticas públicas em vigor e nas que serão criadas, para que não permaneça a criação de práticas que não trazem no seu bojo os princípios da Economia Solidária, não avançam no seu conceito e nem qualificam os empreendimentos no sentido destes princípios.

As relações econômicas precisam ser redesenhadas de modo a não mais privilegiar as lógicas da acumulação desenfreada e do uso degradante do meio ambiente, mas, especialmente, no fortalecimento da vivência econômica daquilo que propõem as/os trabalhadoras/es da Economia Solidária: "Isso é, contribuir pela nossa ação econômica cotidiana na transformação das estruturas econômicas globais. Pois de nada adianta difundir idéias de transformação do mundo para a construção de um mundo melhor ou lutar politicamente em favor dessas mesmas idéias, se, com nossas próprias práticas econômicas, nós mesmos combatemos o que propomos e fortalecemos as grandes corporações e os setores economicamente dominantes que renegam nossos objetivos e valores solidários." (Euclides Mance, no texto *Economia Solidária, Revolução Global e Sociedades Pós-Capitalistas*, 2007).

A Economia Solidária é geradora de trabalho emancipado, operando como uma força de transformação estrutural das relações socioeconômicas, democratizando-as, superando a subalternidade do trabalho em relação ao capital. Assim, a Economia Solidária se organiza como uma reação ao capitalismo que aí está, fortalecendo e empoderando trabalhadoras/es que negam a divisão entre o capital e o trabalho. Essas/es trabalhadoras/es-donas/os são a nova base de uma sociedade incluyente que busca satisfazer as necessidades pessoais e sociais visando o bem viver de todas/os, num mundo com menos conflitos, miséria, fome e violência de todo tipo.

Para tanto, precisamos nos articular para superar alguns desafios:

- Superar esta sociedade capitalista, para uma sociedade pós-capitalista pautada nos valores da solidariedade e não da competição sem limites;
- Unir na luta política e econômica aqueles que vivem no trabalho (proletárias/os, desempregadas/os, camponeses, cooperadas/os, setores médios), aqueles que não são capitalistas;
- Articular, monitorar, qualificar e ampliar o processo de legitimação da Economia Solidária, como política pública de estado.

Faz-se necessária, portanto, a construção, luta e organização de um projeto antagônico (contrário) ao modelo que aí está e que destrói os valores da solidariedade, o meio ambiente e transforma cidadãos e cidadãs em números.



3.3. Concepções sobre o FBES

3.3.1. Abordagem 1: FBES enquanto movimento social

O FBES é expressão da confluência de um conjunto de atores e redes sociais diversas que se uniram em torno de um projeto de construção de outra economia e de crítica ao modelo econômico dominante. A fundação do FBES permitiu dar forma a um movimento que foi sendo gestado desde a década de 1980 e principalmente nos anos 1990, a partir de experiências inicialmente dispersas, oriundas da organização de diversos setores sociais no campo e na cidade e incentivadas por militantes, entidades e intelectuais, na busca por novas formas de geração de trabalho e renda baseadas na cooperação e na solidariedade. O processo de reflexão, troca e construção de uma identidade comum teve um impulso significativo com o Fórum Social Mundial (FSM), dentro do qual “nasceu”, por assim dizer, o Fórum Brasileiro, ligado, por sua vez, a redes e movimentos de Economia Solidária de outros países do mundo.

Podemos dizer que o FBES está claramente pautado por uma dinâmica de movimento social, já que congrega atores coletivos que se identificam com objetivos e valores comuns, elabora formas de organização e ação conjuntas e propõe processos de transformação social mais amplos. Falar em movimento social implica assim em identidade (quem somos, o que nos une?), em projeto (que propomos, que queremos?), em ação conjunta para dar visibilidade e legitimidade social àquilo pelo que se luta (valores, práticas sociais, leis, direitos...).

A fundação do FBES foi um passo para dar organicidade e impulso ao movimento de Economia Solidária: o primeiro dos desafios trazidos ao debate de sua fundação era justamente o de “*constituir-se em um grande e convergente Movimento Nacional com identidade própria*”, entendendo que era necessário superar a dispersão e o isolamento das práticas existentes sob nomes diversos, buscando visibilidade e avançando na identidade do movimento da Economia Solidária. Enfatizava-se a necessidade de “*enfrentar nossa cultura corporativista para a superação de interesses parciais*” e de “*dar rosto, cara e voz a um novo sujeito social representativo dos trabalhadores/as desse setor próprio da atividade humana: a economia solidária.*” (Documento *Desafios da ES*, 2003).

Cabe perguntar-se o quanto o FBES conseguiu constituir-se nesse movimento nacional com identidade própria, o quanto os interesses parciais e a cultura corporativista foram efetivamente enfrentados e superados e até que ponto os/as trabalhadores/as assumiram o protagonismo como sujeitos sociais do movimento.

Por outro lado, como um ator da sociedade civil, o FBES tem o papel de agir no espaço público, colocando o debate sobre a Economia Solidária e propiciando a ampliação dos espaços institucionais nas diferentes esferas de poder. O grande desafio é manter a autonomia como movimento social e ser ao mesmo tempo um interlocutor ativo para a construção de políticas públicas em favor de uma mudança da lógica social e econômica dominante.

O processo de mobilização e articulação para a criação do FBES contribuiu para a constituição de um momento de abertura de espaços para a Economia Solidária em nível do Governo Federal, simbolizado na conquista da criação da SENAES. Pelo fato do FBES ter sido criado neste mesmo momento, o grande desafio colocado foi de “*constituir o Fórum Brasileiro da Economia Solidária como instrumento de mobilização do Movimento e de interlocução junto ao governo federal*” (idem). Em função da premência de construção de políticas públicas até então inexistentes, o peso da atuação do FBES nos primeiros anos esteve fortemente referido a seu papel de interlocutor do governo, deixando em segundo plano a constituição do movimento e sua autonomia.

Com a ampliação de políticas na esfera governamental e a recente criação do Conselho Nacional de Economia Solidária, é apresentando ao FBES o desafio de qualificar o relacionamento com as instâncias governamentais. Não só isso. Ele deve saber distinguir, na sua atuação, a política de organização enquanto movimento social da política da intercâmbio com as instituições estatais. Estamos falando da necessidade de maior amadurecimento político tanto para mobilização quanto para orientar na atuação junto às políticas públicas e na participação no Conselho Nacional de Economia Solidária. Definir o FBES como movimento social requer aprofundamento político do seu caráter e do papel social, político e cultural. Demanda clareza na sua atuação política e perspectiva de estratégia de desenvolvimento também a longo prazo. Este aprofundamento político deve considerar a nova configuração dos movimentos sociais na atualidade, buscando a confluência de interesses e articulação de ações com as lutas de outros atores sociais, respeitando-se a diversidade e agindo juntos na construção de novas relações entre mercados, o estado e a sociedade civil organizada.



Na medida em que o FBES surge com este tipo de prática, ele se aproxima de uma caracterização própria dos novos movimentos sociais. Com efeito, ele integra múltiplas experiências participativas, caracterizadas por sua diversidade de atores, pela sua configuração em redes, pelo seu reconhecimento das diferenças e sua ênfase na construção de novos valores culturais, entre os quais a solidariedade e a cooperação, mas sobretudo, pela busca da justiça e o exercício da cidadania.

Neste sentido, o FBES pode ser compreendido como a expressão organizativa do movimento de economia solidária, no qual confluem diversos atores sociais, construindo identidades e projetos que, mesmo não sendo homogêneos, contestam e se opõem ao modelo econômico neoliberal, visando o resgate de formas coletivas de trabalho, produção e distribuição de bens e serviços, numa perspectiva da construção de uma sociedade justa, solidária e igualitária.

3.3.2. Abordagem 2: FBES enquanto instrumento do movimento

O FBES foi alvo de discussão nas I, II e III Plenárias, quando da sua criação. Anteriormente ao FBES, alguns estados tinham criado suas formas de articulação estadual. Entre elas: os Fóruns gaúcho e mineiro de Economia Popular Solidária, o Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro, a Articulação Catarinense da Economia Solidária, o Fórum Cearense da Socioeconomia Solidária, que em seguida mudou seu nome: Rede Cearense. O esforço de articulação em redes já existia: A Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES) foi a primeira iniciativa a nível nacional.

O termo Fórum, para alguns, estava muito ligado à idéia de *Fórum de Debates*, sem maiores implicações a não ser a exposição e diálogo entre visões e práticas de um mesmo campo. O FSM, nosso inspirador, mantinha uma tensão entre essa característica apenas de debate, onde o aspecto *evento* era predominante, e a característica de *organicidade* onde o processo de convergências, consensos exigia compromissos, agendas, tarefas e *representações*!

Na tensão criada entre essas duas concepções nas duas primeiras Plenárias, decidiu-se *animar* um processo de debates pelos estados que culminasse na III Plenária e definisse o tipo de Fórum, seus objetivos, sua carta de princípios, sua plataforma e sua composição. Foram 17 estados que realizaram pré-plenárias com um *instrumento de debates* que confirmaram o duplo e indivisível papel do FBES: ser instrumento de mediação entre a sociedade civil e o governo, naquele momento representado pela SENAES recém-criada, e ao mesmo tempo ser instrumento de mobilização e organização das lutas da Economia Solidária. Sua indivisibilidade está ligada ao fato de que nenhuma *mediação* da sociedade civil pode ser feita sem o devido *consenso* entre as forças sociais que possam gerar representação legítima.

Tais consensos, num movimento iniciante, exigem o compromisso de contribuir para a organização e mobilização da Economia Solidária. Nesse sentido, tal concepção levou a composição do FBES para uma linha de construção da organicidade, compondo representações entre formas mais verticais-territoriais (os FEESs) e formas mais horizontais (as redes nacionais, entre elas a dos Gestores Públicos). Se o aspecto político, de representação na luta por políticas públicas, está cada vez mais claro, há necessidade de aprofundar o aspecto *orgânico*, de representações verticais/horizontais.

A organicidade pode ser entendida como a forma com que se constrói a organização e representação das coordenações locais, micro-regionais, estaduais, nacionais e internacionais.

Para que o FBES possa vir a cumprir um papel político mais ágil e com maior capacidade de incidência política nacional e internacional, seja no Conselho Nacional da Economia Solidária, seja na RIPESS (Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária), há necessidade de se *enxugar* e se qualificar a coordenação nacional, em especial:

1. para a orientação da participação do FBES no Conselho Nacional da Economia Solidária e em outros espaços de órgãos e ministérios federais.
2. para a orientação e animação das estratégias de mobilização nacional frente às bandeiras prioritárias.
3. para a articulação, incidência e mediação junto aos demais movimentos definidos como alianças estratégicas a nível nacional e internacional, em especial das formas de manifestações e enfrentamentos globais e sua articulação com o local.

O termo *movimento da Economia Solidária* surge nos primeiros textos de animação do processo de debates para a criação do FBES. Ele, entretanto, em 2003, não foi alvo de preocupação da III Plenária, cuja preocupação maior foi dar os contornos do que deveria ser o FBES. Nesse sentido,



a ênfase maior foi a definição do *instrumento do movimento*, do que a própria característica desse movimento, em construção.

Passados 4 anos, cada vez mais o termo *movimento* é assumido pelos que militam no FBES. Cada vez mais também surgem várias forças sociais, várias expressões de empreendimentos do campo e da cidade, de organizações de assessoria, de pesquisadores/as, de organizações de defesa de um comércio ético, de frentes ambientais voltadas para o desenvolvimento local, sustentável e solidário, de atores governamentais. De certa forma, o FBES, entendido como uma expressão de parte dessas várias forças e a ampliação do campo de atuação da economia solidária, nos anima a refletir sobre o seu papel estratégico na busca de confluência e unicidade de um *movimento*. De um lado é certo: as forças que se aglutinam em torno do FBES assumem que a Economia Solidária é um movimento, caracterizado como um dos novíssimos movimentos sociais. Resta refletirmos sobre a relação entre o Fórum (ou os Fóruns) e o movimento.

Um movimento pode ser entendido de maneira muito simples, quando ele possui 3 características básicas:

1. Quando forja uma identidade própria, consequência de necessidades sentidas pelo conjunto;
2. Quando se define diferente de outros atores (movimentos) e estabelece relações de alianças (com os semelhantes) e de confronto (com os opositores); e
3. Quando constrói seu projeto próprio de sociedade, e conseqüentemente disputa seu projeto frente a outros projetos.

Ora, o FBES constrói uma identidade própria a partir das necessidades, consequência do processo de exclusão social, do desemprego, do sub-emprego, do trabalho precário, não reconhecido. E o faz a partir de sua carta de princípios. O FBES também nasce da experiência de outros movimentos e mal começa a estabelecer relações de alianças e definir-se como sujeito próprio, de muitas “caras”, mas capaz de definir uma “cara” própria e distinguir joios de trigo**! Sua Plataforma de ação pretende ser ou fazer a diferença! Além disso, o FBES, sobretudo depois da I Conferência Nacional, em 2006, toma coragem para discutir seu projeto próprio de sociedade, o projeto de desenvolvimento sustentável-solidário e sua estratégia de convivência (?), confronto (?) ou de ser alternativo (ou *alterativo*) ao projeto capitalista. Alguns acrescentam a idéia de que um movimento, para assegurar as características, também precisa de uma disciplina e militância de seus atores em torno de seus princípios, bandeiras e estratégias.

Nesse caso, o Fórum (FBES/FEES) pode identificar-se e se confundir com o movimento da Economia Solidária? Não necessariamente! A idéia de movimento também sugere processos difusos de avanços (ascensos) e recuos (descensos). Atores surgem, se agregam, outros se retraem e alguns permanecem. Estes, os que permanecem, constituem o núcleo puxador, animador e construtor do movimento: são as coordenações do Fórum (FBES/FEES), que portanto deve ser visto como *instrumento estratégico* do movimento.

Por *instrumento estratégico* entenda-se ser capaz de identificar e mobilizar atores, animar a organização de novos atores em rede, influir nas organizações e alianças estratégicas, abrir espaços políticos de reconhecimento da Economia Solidária nas esferas de poder. Além disso, ser capaz de negociar consensos e animar a distinção entre joios e trigos.

Como não há pretensão de controlar o movimento em ascensão, como há grande parte de atores/organizações que praticam a Economia Solidária, mas não estão agregados aos Fóruns, como há um grande desafio do Fórum para identificar nos demais movimentos sociais as alianças estratégicas; será mais adequado entender o Fórum (FBES/FEES) como instrumento estratégico de um movimento que é maior do que ele.

** *Joios e Trigos*: Num movimento em expansão, é oportuno que o FBES/FEES crie condições para distinguir os atores que se identificam com o movimento e assumem sua construção daqueles que, quer inocentemente ou oportunisticamente se servem do movimento para fins corporativos, nem sempre condizentes com o Projeto da Economia Solidária.



3.4. Questões para debate

Na subseção 3.1 fez-se um resgate do processo de construção do FBES e alguns de seus desafios atuais. Já a subseção 3.2 apresentou uma reflexão sobre o horizonte político da Economia Solidária (“Economia Solidária e desenvolvimento”). Por fim, na subseção 3.3 são apresentadas duas abordagens sobre a natureza e concepções do FBES. Todos estes textos foram construídos a partir dos acúmulos do movimento em seus vários momentos, e permitem uma grande contextualização e problematização sobre o FBES hoje.

Esta subseção 3.4 orienta os debates decorrentes destas reflexões, que se dão em três momentos:

1. Cada um dos dois textos da subseção 3.3 (“FBES enquanto movimento social” e “FBES enquanto instrumento do movimento”) apresenta uma abordagem sobre o papel, natureza e foco estratégico do FBES. Pede-se que a Plenária Estadual busque aprofundar a leitura dos dois textos e aponte:
 - a. Em cada um dos dois textos, onde o FBES está presente hoje na sua atual forma de funcionamento, ações, composição e estrutura? Ou seja: quais elementos de cada texto **estão presentes** na atual estrutura, composição, ações e forma de funcionamento do FBES?
 - b. Por outro lado, quais as lacunas? Ou seja: quais elementos apresentados em cada texto **não estão presentes** na atual estrutura, composição, forma de funcionamento e ações do FBES?
2. No momento 1, acima, foram levantadas as lacunas do FBES em relação a vários elementos de cada um dos textos. Agora pergunta-se: destas lacunas, quais devem ser prioritariamente resolvidas pelo FBES na sua reestruturação? Ou seja, a Plenária Estadual deve escolher os elementos principais dos dois textos que devem ser priorizados pelo FBES. Sugerimos que sejam escolhidos no máximo 6 elementos prioritários;
3. Por fim, pergunta-se: ao escolher os elementos prioritários que devem orientar o processo de reestruturação do FBES, e tendo em vista os três desafios à organicidade do FBES apresentado na subseção 3.1 (“FBES: Caminhos e perspectivas”) e o debate de fundo da subseção 3.2 (“ES e desenvolvimento”), é necessário discutir o que este conjunto de elementos (que compõem uma *concepção do FBES!*) implica na sua estrutura e composição:
 - a. Coordenação Nacional, Coordenação Executiva e Secretaria Executiva;
 - b. Grupos de Trabalho: devem continuar existindo? Se sim, apontar critérios de definição, condições de existência, produtos e relação frente às instâncias políticas do FBES;
 - c. Fóruns Estaduais/Locais: critérios de definição, condições de existência, características e representação/relação com as instâncias nacionais do FBES;
 - d. Composição:
 - d.1) Empreendimentos Solidários: critérios de definição e as questões relacionadas à representação, tais como a organização de redes e cadeias, como apresentado nas subseções 3.1 e 3.2;
 - d.2) Entidades de assessoria: critérios de definição e características das entidades locais e das entidades/redes nacionais;
 - d.3) Gestores públicos: critérios de definição e características;

O debate dos 3 momentos deve ser sistematizado no quadro do Anexo 1. Não se trata aqui de detalhar minuciosamente cada um dos itens, mas sim de apontar orientações gerais da Plenária Estadual, que serão levadas à Plenária Nacional onde serão detalhadas. Agora, o fundamental é definir efetivamente como os atuais desafios e concepções do FBES interferem na sua estrutura, composição, forma de funcionamento e ação.



4. Bandeiras

O conjunto de bandeiras abaixo é resultado do estudo das deliberações de vários encontros e eventos fundamentais da história do FBES: a III Plenária Nacional de ES (2003); O I Encontro Nacional de Empreendimentos da ES (2004); As I e II Oficinas Nacionais sobre Formação em ES (2005 e 2007); A I Conferência Nacional de ES (2006); O I Seminário Nacional de Fundos Solidários (2007); Os Encontros Regionais de Reestruturação do FBES (2007); E a VII Reunião da Coordenação Nacional e reações dos estados ao documento provocativo (2007). São mais de 540 deliberações.

Pode-se notar que as bandeiras são muitas, tanto externas quanto internas, e estão bem definidas. Resta agora priorizarmos (com base nos debates sobre o Eixo Agregador) e aprofundarmos as prioritárias num plano estratégico de ação.

Todas as deliberações, já organizadas por bandeiras, estão disponíveis na página do FBES (www.fbes.org.br).

As orientações sobre como trabalhar com estas bandeiras durante a Plenária Estadual encontram-se nas seções 2.2.2 e 2.2.3.

4.1. Finanças Solidárias

4.1.1. Bandeiras externas

- 1 - Sistema Nacional de Finanças Solidárias
- 2 - Finanças dirigidas ao apoio do desenvolvimento local comunitário
- 3 - Fomento à criação dos instrumentos de finanças solidárias: cooperativas de crédito, instituições de micro-crédito, iniciativas de fundos solidários, bancos comunitários
- 4 - Programa/Política Nacional de Apoio a Fundos Solidários
- 5 - Assistência e fomento a segmentos excluídos
- 6 - PRONADES - Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária

4.1.2. Bandeiras internas

- 1 - Sistematizar e divulgar linhas e programas de crédito de interesse à Economia Solidária
- 2 - Articular e organizar redes de instrumentos de finanças solidárias (redes de fundos solidários, redes de cooperativas de crédito, redes de bancos comunitários...)
- 3 - Elaborar estratégias e planos estratégicos no campo das Finanças Solidárias
- 4 - Elaborar proposta do Sistema Nacional de Finanças Solidárias
- 5 - Realizar debates internos e acumular no campo das Finanças Solidárias

4.2. Produção, Comercialização e Consumo

4.2.1. Bandeiras externas

- 1 - Apoio à formação de redes e cadeias de produção, comercialização e consumo
- 2 - Apoio a um Sistema de Informações em Economia Solidária que potencialize redes e cadeias
- 3 - Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário
- 4 - Programas e políticas de apoio à criação e sustentação de espaços de comercialização solidários
- 5 - Programas e políticas de infra-estrutura para produção, comercialização e consumo solidários
- 6 - Programas e políticas de apoio à comercialização internacional entre EESs



4.2.2. Bandeiras internas

- 1 - Articular e fomentar redes e cadeias de produção, comercialização e consumo
- 2 - Elaborar e criar ferramentas de potencialização de redes e cadeias de produção, comercialização, consumo e comunicação entre empreendimentos, e de divulgação dos produtos e serviços da Economia Solidária
- 3 - Criar e articular espaços e iniciativas de comercialização solidários (lojas, feiras, grupos de consumo, centrais...)
- 4 - Fazer propostas e planejamento estratégico a médio e longo prazo para fortalecer as redes e cadeias de produção, comercialização e consumo, e a logística solidária
- 5 - Estimular e elaborar propostas de uso de moedas sociais e trocas solidárias
- 6 - Melhoria da qualidade da produção e serviços da ES
- 7 - Criação e articulação de bancos de sementes
- 8 - Fomentar participação de mulheres nos processos produtivos e de comercialização em ES

4.3. Formação

4.3.1. Bandeiras externas

- 1 - Inclusão da Economia Solidária na educação formal (básica e superior)
- 2 - Tecnologia e pesquisa para melhoria da produção
- 3 - Centros Públicos de apoio à Economia Solidária
- 4 - Programas públicos de divulgação e comunicação sobre a Economia Solidária
- 5 - Financiamento público de pesquisas em Economia Solidária
- 6 - Programa Nacional de Assistência Técnica em Economia Solidária
- 7 - Programas públicos de formação de gestores públicos

4.3.2. Bandeiras internas

- 1 - Criar e manter ferramentas de divulgação e comunicação da Economia Solidária
- 2 - Elaborar propostas e realizar processos de formação de trabalhadores/as no movimento de Economia Solidária
- 3 - Sistematizar, elaborar e produzir materiais de formação
- 4 - Criar (ou fortalecer) e articular espaços e iniciativas de formação ("Escolas de Economia Solidária")
- 5 - Articular e fomentar a Rede de Formadores em Economia Solidária
- 6 - Estimular e fomentar que os trabalhadores de empreendimentos solidários ingressem ou aprofundem-se no ensino formal e técnico (básico e superior)
- 7 - Realizar ações de formação para o consumo consciente
- 8 - Realizar ações de formação junto ao movimento de Economia Solidária (atores e fóruns locais/regionais)



4.4. Marco Legal

4.4.1. Bandeiras externas

- 1 - Leis geral e específicas do Cooperativismo**
- 2 - Estatuto (ou Lei Geral) da Economia Solidária**
- 3 - Programas e políticas públicas de apoio à Economia Solidária**
- 4 - Leis Estaduais de Fomento à Economia Solidária**
- 5 - Mercado institucional: compras governamentais e licitações**
- 6 - Tributação especial para empreendimentos solidários**
- 7 - Ampliar instrumentos de controle social e de diálogo com o poder público**
- 8 - Fiscalização e controle governamental**
- 9 - Lei de Falências (apoio e fomento à recuperação de empresas falimentares)**

4.4.2. Bandeiras internas

- 1 - Fazer debates internos sobre conceitos: Economia Solidária, os segmentos, entre outros**
- 2 - Sistematizar, partilhar e divulgar leis estaduais e projetos estaduais de lei de Economia Solidária**
- 3 - Elaborar e discutir propostas de sistemas e lei geral: Sistema de Comércio Justo e Solidário; Lei do Cooperativismo; Estatuto da Economia Solidária; Sistema Nacional de Finanças Solidárias; Lei de falências, entre outros**
- 4 - Articular com parlamentares (em especial a Frente Parlamentar de Economia Solidária)**
- 5 - Incidir no Estatuto das Cidades**
- 6 - Lutar e mobilizar pela aprovação de leis estaduais e federais de interesse e apoio à Economia Solidária**
- 7 - Articular rede de advogados para apoio ao movimento nos estados e em nível federal**



5. Anexos

5.1. Anexo 1: Quadros de sistematização da Etapa 1 (seção 3)

MOMENTO 1: <i>Como o FBES se espelha hoje nos dois textos da subseção 3.3?</i>		
	<i>Texto 1: “FBES enquanto movimento social”</i>	<i>Texto 2: “FBES enquanto instrumento do movimento”</i>
a) quais elementos de cada texto estão presentes na atual estrutura, composição, ações e forma de funcionamento do FBES?	elemento 1: ... elemento 2: ... elemento 3:	elemento 1: ... elemento 2: ... elemento 3:
b) quais elementos de cada texto não estão presentes na atual estrutura, composição, ações e forma de funcionamento do FBES?	elemento 1: ... elemento 2: ... elemento 3:	elemento 1: ... elemento 2: ... elemento 3:

MOMENTO 2: <i>Concepção do FBES: Quais dos elementos apontados no Momento 1 devem prioritariamente estar presentes na estrutura, composição, forma de organização e ações do FBES hoje?</i>		
Obs: Se não houver consenso em um elemento, colocá-lo mesmo se foi minoritário, com a justificativa e quantidade de votos		
<i>Elementos</i>	<i>Justificativa</i>	<i>Quantidade de votos a favor e contra (somente se não foi consenso)</i>
Elemento 1		
Elemento 2		
...		



MOMENTO 3:
Implicações das concepções sobre a estrutura, composição, forma de organização e ações do FBES

Obs 1: Se houver proposições não consensuais ou mais de uma proposição, devem ser colocadas mesmo assim, com a quantidade de votos favoráveis e contrários de cada uma.

Obs 2: É importante ressaltar que não é necessário detalhar muito as proposições, mas apenas apontar orientações que vão subsidiar a sistematização do Documento-Base da Plenária Nacional

<i>Instância/segmento</i>	<i>Orientações</i>	<i>Quantidade de votos a favor e contra (somente se não foi consenso)</i>
Coordenação Nacional, Coordenação Executiva e Secretaria Executiva		
Grupos de Trabalho		
Fóruns Estaduais/Locais		
Empreendimentos solidários		
Entidades locais e entidades/redes nacionais de assessoria, fomento e/ou pesquisa		
Gestores públicos		

5.2. Anexo 2: Quadro de sistematização da Etapa 2

<i>Eixo</i>	<i>Bandeiras prioritárias externas</i>	<i>Bandeiras prioritárias internas</i>
<i>Finanças Solidárias</i>	1.	1.
	2.	2.
	3.	3.
	4.	4.
<i>Produção, Comercialização e Consumo</i>	1.	1.
	2.	2.
	3.	3.
	4.	4.

Eixo	Bandeiras prioritárias externas	Bandeiras prioritárias internas
Formação	1.	1.
	2.	2.
	3.	3.
	4.	4.
Marco Legal	1.	1.
	2.	2.
	3.	3.
	4.	4.

5.3. Anexo 3: Quadros de sistematização das Etapas 3 (grupos) e 4 (plenária)

Estado: _____

Nome da bandeira: _____

Tema: () *finanças solidárias* () *marco legal* () *produção, comercialização e consumo* () *formação*

Tipo: () *bandeira externa* () *bandeira interna*

Descrição, condições e características da bandeira (o que queremos?)

Principais forças com as quais devemos nos aliar para avançar nesta bandeira



Estado: _____

Nome da bandeira: _____

Tema: () *finanças solidárias* () *marco legal* () *produção, comercialização e consumo* () *formação*

Tipo: () *bandeira externa* () *bandeira interna*

Ação	QUEM (atores responsáveis)	COMO (descrição da ação)	ESTRATÉGIA (para conseguir implantar a ação)	COM QUEM (alianças estratégicas para consolidar a ação)	AMEAÇAS (quais são os principais obstáculos à ação?)
Ação 1: ...					
Ação 2: ...					
Ação 3: ...					
...					